

Revisitando Palmares: histórias, memórias e políticas afirmativas

Revisiting Palmares: Histories, Memories and Affirmative Policies

Fabiana Schleumer*

Resumo: Comentário crítico para a seção de debates sobre o livro *Palmares & Cucaú: O Aprendizado da Dominação*, de Silvia H. Lara.

Palavras-chave: Palmares; história; políticas afirmativas.

Abstract: Critical Commentary for the Debate Section on the Book "Palmares & Cucaú: O Aprendizado da Dominação", by Silvia H. Lara.

Keywords: Palmares; History; Affirmative Policies.

RECENTEMENTE, o governo federal aprovou o projeto de lei nº 14.759, que instituiu o Dia da Consciência Negra como feriado nacional. Essa determinação é o remate de um conjunto de normativas¹ promulgadas em anos anteriores para consolidar a cidadania e combater o racismo no Brasil. A data escolhida faz alusão à morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, ocorrida em 1695.

O resgate do passado, bem como o estudo da história da África e dos africanos e seus descendentes na diáspora evidenciam que o processo de luta e organização contra a escravidão se fez presente desde os tempos coloniais. Assim sendo, as desigualdades que permeiam a relação entre brancos/brancas, pretos/pretas e pardos/pardas no Brasil vinculam-se não somente a um processo de abolição inacabada, mas associam-se, também, às lutas dos/das escravos/escravas no período colonial. Nesse sentido, o Quilombo dos Palmares como símbolo de resistência negra, certamente, ocupa lugar de referência perante os movimentos sociais.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professora Associada de História da África no Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. E-mail: schleumer@unifesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4669-1938>.

1 No conjunto de medidas adotadas destacam-se as leis 12.519/2011, 12.711/2022 e 10.639/2003.

Lara, ao revisitar a história de Quilombo dos Palmares, contribui para o debate sobre a agência dos africanos e seus descendentes na sociedade colonial, bem como impulsiona reflexões e aproximações que se vinculam ao campo das políticas de ação afirmativa. Nesse cenário, parece-me que autora atentou para a dimensão política das pesquisas históricas e sua influência no combate ao racismo e no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Meus estudos de graduação e pós-graduação, desenvolvidos entre as décadas de 1990 e 2010, foram impactados, diretamente, pelas pesquisas que serão citadas ao longo deste artigo. Sendo assim, minha contribuição para este fórum consiste na oportunidade de reexaminar as continuidades e as rupturas que marcaram gerações de historiadores da escravidão. Sendo assim, analisarei a importância do conceito de cultura política para a compreensão do Quilombo dos Palmares e de formações similares em Angola e Moçambique. Além disso, atentarei para a questão da invisibilidade das mulheres guerreiras e quilombolas na história do Quilombo dos Palmares. Além do mais, explicarei os avanços metodológicos desenvolvidos pela autora e atentarei para a compreensão da memória da escravidão sobre Palmares e suas implicações políticas.

No QUE TANGE à historiografia da escravidão produzida por brasileiros e estrangeiros, o Quilombo dos Palmares constitui referência para a análise da organização e da resistência dos quilombos e dos quilombolas tanto nas Américas quanto nos espaços da África de colonização portuguesa. No bojo deste artigo, ele é compreendido no âmbito da história social do trabalho. Afinal de contas, desde a década de 1980, afirma-se que é necessário incorporar a experiência de trabalho de homens e mulheres negros a esse campo de pesquisa.²

Lima afirma que a história global do trabalho abarca, entre outras coisas, “as histórias das relações entre as dinâmicas socioeconômicas das sociedades escravistas e a expansão do capitalismo”.³ Em suma, a dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre está superada.⁴

Nesse encadeamento, merece destaque a discussão em torno do conceito de cultura política⁵ escravista apresentada por Lara.⁶ A partir da contribuição de Schwartz, ela afirma que o Quilombo dos Palmares se edificou a partir de “uma experiência africana

2 Ver LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 25-38.

3 LIMA, Henrique Espada. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 60, Edição Especial 2018.

4 TERRA, Paulo Cruz; SOUZA, Robério Santos. Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-6, 2023. p. 1. TERRA, Paulo Cruz; POPINIGIS, Fabiane. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019.

5 Segundo Norberto Bobbio, o termo cultura política pode ser compreendido como “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”. Ver Bobbio, Norberto. **Dicionário de política, verbete ciência política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. p. 306

6 LARA, Sílvia H. **Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação**. São Paulo: Edusp, 2022. p. 140-152

de integração de povos diversos e de geração de solidariedades que também podia ser empregada na América”.⁷

Assim sendo, traz-se à tona a discussão em torno do livro de Price e o debate teórico proporcionado por ele na década de 1970. Além disso, destacam-se as mudanças significativas relativas à compreensão do continente africano, fruto de novas pesquisas e abordagens ocorridas, principalmente, nos últimos 30 anos.

Sendo assim, o debate interpretativo que se polarizava entre “africanistas e americanistas” não se sustenta no contexto atual. Lara afirma que “não é mais possível discutir o tema sem um enquadramento mais preciso em termos cronológicos, especialmente em relação à dinâmica dos processos de escravização e dos fluxos do tráfico de escravos para as Américas”.⁸

Entretanto, o historiador norte-americano Thornton trouxe novos elementos para o debate, possibilitando o que se denomina como “guinada interpretativa”. Esse autor opôs-se às interpretações de Schwartz desvinculando a ideia de *Kilombo* dos Imbagalas. Nesse sentido, talvez seja possível afirmar que Lara se alinha às proposições de Thornton no que tange à valorização da presença centro-africana, em especial, de cativos vindos de Angola para a região de Pernambuco.

Vale a pena ressaltar que a constituição dos quilombos não ocorreu somente na América portuguesa, mas também em diversos espaços do continente africano. Em 2006, Capela afirmou que é gritante a debilidade de estudos sobre o escravismo em Moçambique. São poucas as informações sobre a organização dos cativos em situação de fuga e rebeldia. Esse autor analisa as aringas, comunidades localizadas em regiões de difícil acesso que, com o passar do tempo, transformaram-se em quilombos, local onde os achicundas fizeram oposição à conquista portuguesa no final do século XIX e início do século XX.⁹

Em estudo recente, Mattos apresenta um conjunto de considerações sobre a produção bibliográfica e a formação dos quilombos em Moçambique. Além disso, ela procura distinguir os termos “aringas” e “quilombos”, tencionando aproximar a discussão entre as experiências moçambicanas e as estabelecidas em outros espaços e temporalidades.¹⁰

Para Mattos, cultura política é “uma forma de organização, inclusão social e proteção de indivíduos ou grupos que estariam à margem da sociedade colonial por serem trabalhadores escravizados ou ‘de ganho’ e libertos, ou das linhagens africanas mais antigas no território estudado”.¹¹

7 Ibidem, p. 131

8 LARA, op. cit., p. 143

9 CAPELA, José. Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos. Dossiê África. **Tempo**, 10 (20), jan. 2006.

10 Ver MATTOS, Regiane A. Entre “aringas” e “quilombos”: experiências e comunidades no norte de Moçambique no século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 16, p. 1, 2024.

11 Idem, Ibidem, p. 2.

Essa autora conclui que os termos “*aringa*” e “*musitu*” fazem referência a agrupamentos ocupados por escravos fugidos. No que se refere aos séculos XVII e XVIII, o termo se aproximava mais aos povos escravizados, denominados como Achicunda.

A partir da discussão do conceito de cultura política, percebe-se o diálogo entre os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Lara e Mattos. Esta última adere à ideia da cultura política proposta por Lara, pois compreende as comunidades de Missanga, Ampapa e a “aringa de Farley” como formações de “cultura política”. A meu ver, o diálogo entre as autoras torna-se, ainda, mais estreito quando Mattos demonstra que o sentido dos termos “quilombos” e “aringas” metamorfosearam-se na passagem para os séculos XVII e XVIII, ou seja, Mattos, assim como Lara, indica a baliza cronológica como vetor de análise para a compreensão das sociedades a partir do conceito de cultura política.

No que diz respeito à América portuguesa, nos documentos de caráter administrativo, o termo *macambo* era usado para nomear grupos de escravos fugitivos e os que incentivavam as fugas e os ataques às fazendas. Esse vocábulo é derivado da palavra *mukambu*, que em quimbundo significa *pau de cumeeira*. Com o passar do tempo, o termo passou a se referir a motins e revoltas de escravos.

Considerando que o objetivo aqui não é reciclar velhos debates, mas destacar as lacunas e as fissuras que permeiam a elaboração de novas perspectivas de pesquisa, é possível afirmar que Lara avançou de forma significativa no debate sobre as ideias interpretativas que balizam o estudo da escravidão desde a década de 1970. Uma vez que ela se distanciou da polaridade proposta pelo livro de Mintz e Price, ao utilizar o conceito de cultura política no contexto da escravidão, enfatizando a importância da vertente cronológica e da especificidade do século XVIII.

Assim sendo, questiono se o conceito de cultura política e a determinação da baliza cronológica podem ser utilizados como referenciais para a releitura de outros temas pertinentes à historiografia da resistência escrava no Brasil.

Por outro ângulo, apesar dos avanços historiográficos e metodológicos apresentados, a sub-representação de mulheres guerreiras e quilombolas no Quilombo dos Palmares constitui uma vulnerabilidade ao debate.

Cabe ressaltar que, na década de 1990, Mott publicou a obra *Escravidão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, um pequeno livro voltado para o grande público, no qual localizamos a seção “Quilombolas e Guerreiras”; nela encontramos parcas, mas detalhadas informações sobre a atuação das mulheres no Quilombo dos Palmares e no Quilombo do Quariterê.¹²

Em 2007, Schumacher, num esforço inaudito de sistematização de informações sobre a história das mulheres negras num livro em volume único, conseguiu mapear e

12 MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1991. Para mais informações sobre a autora, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Lucia_de_Barros_Mott. Acesso em: 7 out. 2024.

sistematizar dados e informações sobre a presença feminina em diferentes localidades, temporalidades e suportes documentais.¹³ Mesmo assim, mais uma vez, a agência feminina nos quilombos foi invisibilizada.

Em busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹⁴ – plataforma que comporta 672.535 instituições, 253.428 teses e 925.603 dissertações –, foi indicado um conjunto de 18 títulos para a expressão “guerreiras quilombolas”. Em sua totalidade, os trabalhos listados referem-se às vivências de mulheres quilombolas e suas organizações no Brasil contemporâneo.¹⁵ Situação similar ocorreu na busca por livros e coletâneas nos sites das principais redes de livrarias do Brasil e dos Estados Unidos.¹⁶

Considerando que os quilombos se fizeram presentes em diferentes espaços geográficos, pergunto se há registros significativos da agência feminina em outras localidades e temporalidades? Se assim for, podemos afirmar que a invisibilidade das guerreiras quilombolas é uma característica das fontes portuguesas?

NO QUE CONCERNE aos aspectos teóricos-metodológicos, vale a pena ressaltar a especificidade da análise de Lara no contexto contemporâneo. Nos últimos cinco anos, vêm crescendo de forma significativa as análises referentes ao ofício do historiador na era digital, isto é, o impacto da internet no trabalho do pesquisador, bem como a vinculação dos saberes em esfera pública. Nesse processo, os estudos voltam-se para a análise das metodologias da inteligência artificial e sua aplicabilidade relativa à ciência histórica.¹⁷

Em outras palavras, enquanto predominam discursos e metodologias de pesquisa voltadas para o mundo virtual, Lara resgata o papel do historiador e sua interação com as fontes documentais localizadas em arquivos físicos e digitais. Essa metodologia de trabalho consiste num avanço significativo perante os manuais de orientação à pesquisa histórica. Sua vasta experiência como pesquisadora possibilita-lhe propor reflexões para além das questões basilares que norteiam a construção do conhecimento histórico, tecendo, numa obra em único volume, as orientações metodológicas e a análise historiográfica.

13 SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Vital. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

14 Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 7 de outubro de 2024.

15 Sobre isso, Flávio Gomes afirma que “nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e também dos descendentes dos quilombolas ampliou o campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. [...] Utilizado oficialmente na Constituição brasileira de 1988, o termo ‘remanescentes das comunidades dos quilombos’ foi transformado numa definição abrangente e ao mesmo tempo operacional no sentido do reconhecimento dos direitos sobre a posse da terra e da cidadania.” p. 373. GOMES, Flávio. **Quilombos/remanescentes de Quilombos**. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

16 Nesse contexto, destacam-se os sites da Amazon e da Barnes & Noble. Acesso em: 7 out. 2024.

17 Sobre esse assunto ver: PRADO, Gilliard da Silva. Por uma história digital o ofício do historiador na era da internet. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, n. 34, set./dez. 2020. FORTES, Alexandre; GUIMARÃES, Leandro Marques Alvim. Evidências, codificações e desafios: o ofício do historiador e o mundo digital. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, p. 207-227, maio/jun. 2020.

Sendo assim, gostaria de inquirir quais são os usos e as possibilidades da base de dados Documenta Palmares disponível em: <https://www.palmares.ifch.unicamp.br?>

Resgata-se a essência do trabalho do historiador/historiadora, ao apresentar ao leitor uma análise minuciosa das fontes, explicando o processo de cotejamento bibliográfico e documental logo na primeira página de cada capítulo.¹⁸

A pesquisadora explica-nos que os pressupostos básicos para o estudo do passado consistem em ler o que já foi produzido e buscar novos documentos que abranjam todos ou a maioria dos sujeitos os quais participaram das cenas históricas. Além disso, o historiador deve aprofundar o processo de reflexão metodológica e buscar “compreender como e por que os eventos ocorreram e de que maneira foram lembrados ao longo do tempo”.¹⁹

Esse processo deve ser realizado cautelosamente por conta das características da documentação escrita. Tais registros de caráter administrativo e dialógico como cartas, relatórios, instruções e ordens demandam um tratamento diferenciado, pois essas fontes representam um conjunto diversificado de experiências, práticas e saberes que demanda uma análise minuciosa e crítica. Em suma, como afirma a autora: “este também é um livro sobre o ofício do historiador.”²⁰

Para concluir, ressalto que a população brasileira celebrará a morte de Zumbi dos Palmares como feriado nacional neste ano. Tal fato aponta a relação direta entre a elaboração de políticas afirmativas e a construção de uma memória da escravidão relativa a Palmares.

Araújo, em um estudo sobre a Rota dos Escravos da cidade de Ajuda, no Benin, aponta a existência de “diferentes memórias e diferentes histórias da escravidão, onde a vitimização dá lugar à afirmação cultural que valoriza as artes, as religiões e as culturas atlânticas”.²¹

Assim sendo, considerando o racismo e a discriminação presentes na sociedade brasileira, bem como o fortalecimento das políticas de ação afirmativa e a mobilização em torno das celebrações do Dia da Consciência Negra, arremato este artigo asseverando que “Barriga não acabou!”.²²

Recebido: 04/11/2024

Aprovado: 08/11/2024

18 Ver LARA, op. cit., p. 31, 103, 163, 233, 301.

19 LARA, op. cit., p. 103.

20 LARA, op. cit., p. 27.

21 ARAÚJO, Ana Lúcia. Caminhos Atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 129-148, jan./jun. 2009. p. 129.

22 LARA, op. cit., p. 382.